



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018, do Senador Antonio Anastasia, que Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Rodrigo Pacheco

08 de Maio de 2019





SENADOR RODRIGO PACHECO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018, do Senador Antonio Anastasia e outros, que *altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.*

Relator: Senador **RODRIGO PACHECO**

I – RELATÓRIO

Por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018, que tem o Senador Antonio Anastasia como primeiro signatário, busca-se alterar o art. 12 da Constituição Federal (CF), com o fim de suprimir a perda da nacionalidade brasileira em casos de naturalização. Ainda nos termos da PEC, essa declaração de perda não ocorrerá em situações que possam acarretar apatridia. Prevê, ainda, a hipótese de requerimento de perda da própria nacionalidade.

Para ser distribuída a esta Comissão, nos termos do § 1º do art. 60, da Constituição Federal, a matéria aguardou o término da intervenção federal, aprovada pelo Decreto nº 10, de 2018.

Na justificação, é lembrado que o tema da dupla ou múltiplas cidadanias ganhou evidência com decretação da perda da nacionalidade da brasileira Cláudia Hoerig, o que viabilizou sua extradição para os Estados Unidos da América (EUA). Destacou-se que, desde a promulgação da Constituição de 1988, *orientações públicas tranquilizavam sobre a não perda da nacionalidade nesses casos.*

É assinalado, ainda, que se deve *retirar o obscuro preceito de “atividade nociva ao interesse nacional” como causa desse cancelamento, para a pragmática hipótese de fraude, que possibilitou a naturalização e, a fim*





SENADOR RODRIGO PACHECO

de manter a ideia do constituinte originário, de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (como consta do art. 5º, XLIV, da CF).

Por fim, a PEC inclui, nos incisos I e II, do § 4º do art. 12, a ressalva que consiste no impedimento de situações de apatridia no caso de perda da nacionalidade.

II – ANÁLISE

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também sobre seu mérito.

Com relação à admissibilidade, a PEC nº 6, de 2018, observa a vedação constitucional sobre deliberação de proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais ou que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa (art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF).

Sobre o mérito, acreditamos que a alteração é muito bem-vinda, uma vez que traz maior clareza ao texto constitucional, assim como o torna mais justo.

De acordo com a redação vigente, a perda da nacionalidade pela aquisição de outra não ocorrerá apenas nos casos de *reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.*

Esta última hipótese de exceção pode vir a ser entendida de forma bastante restritiva. A nosso sentir, é o que ocorreu no caso da brasileira Claudia Hoerig, cuja extradição, como dito acima, motivou a apresentação desta PEC pelo Senador Antonio Anastasia. Nesse caso concreto, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o *green card* já garantiria à Claudia Hoerig a permanência no território dos Estados Unidos da América, bem como o exercício de direitos civis. Assim, segundo a Suprema Corte brasileira é *desnecessária a obtenção da nacionalidade norte-americana para os fins que constitucionalmente constituem exceção à regra da perda da nacionalidade brasileira (alíneas a e*





SENADOR RODRIGO PACHECO

b, do § 4º, II, do art. 12, da CF). (MS 33864/DF, Relator Ministro Luís Roberto Barroso)

Vê-se, no entanto, que o *green card* não lhe autorizaria, por exemplo, permanecer por prazo superior a um ano fora do território dos EUA.

Ademais, a matéria se situa numa zona cinzenta. Prova disso é que os consulados brasileiros chegavam a orientar nossos cidadãos no sentido de que a aquisição por eles de outra nacionalidade, de forma voluntária e expressa, não levaria à perda da nacionalidade brasileira. Com a aprovação da PEC, essas dúvidas são sanadas e traz-se segurança jurídica a nossos nacionais.

Do mesmo modo, a substituição da expressão “atividade nociva ao interesse nacional” por “fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático” confere ao texto constitucional maior objetividade. Torna-o, também, mais harmônico com os ideais e valores democráticos.

No que se refere ao afastamento da apatridia nos casos de perda da nacionalidade brasileira, a alteração se coaduna com o disposto na Convenção das Nações Unidas, de 1961, para a Redução dos Casos de Apatridia, em vigor no Brasil, por meio da promulgação do Decreto nº 8.501, de 18 de agosto de 2015. A Convenção prescreve que *se a legislação de um Estado Contratante permitir a renúncia à nacionalidade, tal renúncia só será válida se o interessado tiver ou adquirir outra nacionalidade* (artigo 7.1.a), bem como que *os Estados Contratantes não privarão uma pessoa de sua nacionalidade se essa privação vier a convertê-la em apátrida* (artigo 8.1). Mediante a aprovação da PEC, essa garantia é incorporada ao texto constitucional.

Por igual, o acréscimo do § 5º ao art. 12 da CF, com o fim de que o cidadão que renuncia a nacionalidade brasileira possa obtê-la novamente por meio de naturalização, vem constitucionalizar uma prática já aceita.

No entanto, propomos emendas para meros ajustes redacionais. Tanto o art. 1º quanto o art. 2º da PEC visam a dar nova redação ao art. 12 da CF, de maneira que, seguindo a boa técnica legislativa, a alteração deveria ser proposta em um único dispositivo.

A emenda que apresentamos tem ainda por objeto resgatar a forma da redação original do comando do § 4º. Com efeito, a redação do texto da PEC nº 6, de 2018, “a perda da nacionalidade brasileira será declarada” não promove mudança semântica na redação vigente “será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que”. Optamos por manter a redação atual, a fim de evitar futuras interpretações equivocadas sobre a vontade do legislador com a mudança promovida.





SENADOR RODRIGO PACHECO

III – VOTO

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** da PEC de nº 6, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 01 -CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 6, de 2018, a seguinte redação, ficando suprimido, por consequência, seu art. 2º, e renumerando-se o art. 3º como art. 2º:

“**Art. 1º** O art. 12 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 12.**

.....

§ 4º

I – tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, ressalvadas situações que acarretem apatridia;

II – fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de se naturalizar brasileiro.’
(NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19571.72649-80



Relatório de Registro de Presença
CCJ, 08/05/2019 às 10h - 12ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	1. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MECIAS DE JESUS	3. MARCIO BITTAR
JADER BARBALHO	4. MARCELO CASTRO PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	5. EDUARDO GOMES
CIRO NOGUEIRA	6. DANIELLA RIBEIRO
ESPERIDIÃO AMIN	7. LUIS CARLOS HEINZE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. JOSÉ SERRA
TASSO JEREISSATI PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA
ELMANO FÉRRER	3. RODRIGO CUNHA
ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE	4. LASIER MARTINS PRESENTE
ROSE DE FREITAS	5. MAJOR OLÍMPIO
JUÍZA SELMA PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	1. JORGE KAJURU PRESENTE
CID GOMES	2. MARCOS DO VAL PRESENTE
FABIANO CONTARATO PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES
ALESSANDRO VIEIRA	4. KÁTIA ABREU
WEVERTON	5. LEILA BARROS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
HUMBERTO COSTA	1. TELMÁRIO MOTA
RENILDE BULHÕES PRESENTE	2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	3. PAULO ROCHA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
ANGELO CORONEL	2. NELSINHO TRAD
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	3. CARLOS VIANA PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
RODRIGO PACHECO PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
JORGINHO MELLO PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS

ALVARO DIAS

ELIZIANE GAMA

DECISÃO DA COMISSÃO

(PEC 6/2018)

NA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR RODRIGO PACHECO , QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À PROPOSTA, COM A EMENDA Nº 1-CCJ.

08 de Maio de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania